

4468

Lucio Flavio Pinto

Nova Amazônia (2)

Não se pode iniciar a construção do novo sem rever o acervo recebido. Na Amazônia, é preciso fazer o balanço dessa herança, urgentemente. Como já somos o segundo maior produtor de minérios do país (e ultrapassaremos Minas Gerais até o final do século), a revisão pode começar pelo setor mineral.

O primeiro item da pauta é a elaboração de um novo Código de Mineração, que se aplicará a todo o país, mas de cuja feitura os amazônidas não devem se descuidar. Desta vez, é preciso ter uma participação proporcional à importância econômica que esta região assumiu. Já existem algumas propostas bem amplas, como a da Conage (Coordenação Nacional dos Geólogos). Mas é preciso detalhar cada capítulo, em discussões técnicas, e depois transferir os debates para grandes auditórios, já com matéria consolidada.

Cada seção do novo Código mexe com questões extremamente complexas. O IUM (Imposto Único sobre Minerais) terá que ser tratado no conjunto da reforma tributária, já que Estados e Municípios fazem muitas reivindicações (o fim da vinculação do imposto à isenção do ICM quando o minério é beneficiado, por exemplo). Mas o fundamental é a modificação das bases de cálculo e, eventualmente, das alíquotas dos minérios de exportação ou estratégicos.

Outra tarefa imprescindível — e que já deveria estar em prática — é a revisão do programa associado à exploração econômica da província mineral de Carajás. Na verdade, não existe um órgão coordenador desse programa, que se reduziu a um exame caso a caso de empreendimentos interessados em usufruir dos benefícios oferecidos. A Sudam está reivindicando a devolução de suas prerrogativas. Esperamos que não seja um impulso meramente político.

Como já surgiram três

projetos para a produção de ferro gusa, deveria ter sido iniciado um programa destinado a garantir fontes de suprimento de carvão que não sejam destruidoras. Os antigos ideólogos do programa achavam que bastaria instalar centros de coleta de carvão vegetal, não importando se o produto resultasse da destruição florestal. Ou, quando previam o reflorestamento, aceitavam que a hileia fosse substituída por uma floresta de pinho do Timor.

Os paraenses precisam cobrar das autoridades um panorama completo do alumínio e o cobre. Todos sabem que o Pará dispõe de condições invejáveis para produzir alumínio, com a terceira reserva mundial de bauxita e um enorme potencial hidrelétrico. Mas nesse setor vital de economia o governo não está usando os instrumentos de planejamento que existem à sua disposição.

O governo permitiu que um dos seis cartéis do alumínio se tornasse o único completamente integrado, da mina à redução. Esta condição excepcional lhes possibilita praticar "dumping" para deslocar concorrentes ou impor seus interesses.

Enquanto isso, os sócios japoneses da CVRD na Albrás adotavam uma postura vacilante (ou insinuante), que pode comprometer o empreendimento — na ótica nacional, claro. A própria Vale, enquanto realiza o seu projeto amazônico, inicia a implantação de uma outra fábrica de alumina em Minas Gerais, sem que saibamos se "tocará" simultaneamente as duas usinas ou se já está descartando a daqui.

Questão vital é a do subsídio energético. Os grandes empreendimentos, como as fábricas de alumínio, podem usar alternativas de preço tão favoráveis que praticamente eliminam o risco natural do mercado, às custas do ônus social. Uma alternativa garante

um preço mínimo de 10,5 milésimos de dólar por kwh. A outra estabelece abatimento de 10 e 15% sobre a tarifa normal para consumidores de energia distribuída a 230 kv. A terceira alternativa assegura que o custo da energia elétrica não ultrapassará 20% do preço do metal. Variações para menos no mercado internacional serão custeadas pelo bolso do contribuinte não privilegiado.

O caso do cobre também merece exame. Temos minério para nossa auto-suficiência. As principais jazidas estão no Pará. A única metalurgia funciona na Bahia. Ainda que o consumo mantenha a tendência atual para uma substituição razoável do cobre por outros metais sucedâneos, a fábrica da Carajás Metais não garantirá o pleno abastecimento do mercado interno. Mas poderia ser inviável implantar outra metalurgia na Amazônia, a não ser com escala que lhe permita exportar o excedente.

Sem uma metalurgia, seremos apenas fornecedores do insumo básico para beneficiamento fora do Estado. Daremos, como prêmio ao comprador, o ouro contido no minério. Não é pouco ouro: são 400 toneladas, 10 vezes mais o que Serra Pelada produziu até hoje.

Também a bauxita não pode ser excluída dessa revisão. A opinião pública precisa conhecer esses contratos de venda em vigor, onde estão incluídas cláusulas consideradas lesivas aos interesses do país. Também a forma associativa, que reuniu na Mineração Rio do Norte parceiros com interesses tão distintos, deve ser reexaminada. Precisamos discutir o projeto para uma planta de alumina e, desde já, como surgirá a hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Precisamos examinar muita gente coisa, com os olhos de ver e não com a fantasia. É tarefa para muita e para toda uma República. É para já.